Ata Número Onze

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas dezassete horas e vinte cinco minutos, reuniu ordinariamente no auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, na Lousã, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** ----------

---

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira; ----------

2 - Apreciação e votação do Regulamento de Ação Social Escolar para o ano letivo 2019/2020, sob proposta do Executivo; ----------

3 - Apreciação e votação das Normas de Funcionamento do Ecocentro Municipal da Lousã, sob proposta do Executivo; ----------

4 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, sob proposta do Executivo;----------

5 - Apreciação e votação da 3ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo; ----------

6 - Autorizar para a contratação do empréstimo de médio e longo prazo para a realização do investimento de reabilitação do Cineteatro, no âmbito do IFRRU 2020 (Investimento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas), sob proposta do Executivo;----------

7 - Apreciação e votação do lançamento de uma Derrama, referente ao exercício económico 2019 e a cobrar em 2020, sob proposta do Executivo; -----

8 - Apreciação e votação das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2020, sob proposta do Executivo;----------

9 - Apreciação e votação da taxa de participação no IRS, sob proposta do Executivo; ----------

10 - Apreciação e votação da Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2020, sob proposta do Executivo;----------

11 - Informação do Revisor Oficial de Contas (ROC) - Relatório sobre a situação económico-financeiro do ML - 1º Semestre 2019; ----------

12 - Apreciação e votação da proposta de acordo da delegação de competências para as freguesias de Gândaras, Foz de Arouce e Casal de Ermio e Serpins, sob proposta do Executivo;----------

13 - Apreciação e votação da proposta de acordo de não-aceitação no ano 2019 e 2020 das transferências em matéria de áreas protegidas, nos termos previstos do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, não obstante o facto de o concelho não possuir áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural, Monumento Natural), sob proposta do Executivo; ----------

14 - Apreciação e votação da proposta de acordo de não-aceitação no ano 2020 das transferências em matéria de Educação, previstas no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo; ----------

15 - Apreciação e votação da proposta de acordo de não-aceitação no ano 2020 das transferências em matéria de Saúde, previstas no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo; ----------

16 - Apreciação e votação da autorização prévia genérica para assunção de compromisso plurianual, referente à proposta de celebração de um protocolo com a Associação Louzan Natação, sob proposta do Executivo; ----------

---

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Pedro Santos e Dilene Gonçalves do PS que justificaram a falta tendo sido legal e respetivamente substituídos por Paulo Simões e Marco Aurélio Sequeira. Nuno Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sérgio Pedroso, Maria Carolina Henriques que justificou a falta e foi legalmente substituída por Maria Rosário Agostinho que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Marques que justificou a falta e foi legalmente substituído por Mariana Carvalho que justificou a falta e foi legalmente substituída por António Carvalho, João Duarte que justificou a falta e foi legalmente substituído por Joana Ferreira Santos que justificou a falta e foi legalmente substituída por Elsa Lopes, do PSD. Carlos Honório que justificou a falta e foi legalmente substituído por Aires Ventura, do BE. ----------

---

Seguidamente, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a ata número dez, referente à sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e dezanove, tendo sido aprovada por maioria nos termos do número três, do artigo trinta e quatro do Código do Procedimento Administrativo – CPA, com 21 (vinte e um) votos a favor do PS, PSD e BE.----------

---

Nos termos da alínea d) do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal, foram apresentados dois VOTOS DE PESAR subscritos por todos os representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal e relativos ao falecimento de Manuel Louzã Henriques (doc. nº 1 – (um)) e Carlos Carranca (doc. nº 2 - (dois)). **O Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra a **Joel Fernandes** para leitura dos referidos Votos de Pesar.----------

---

Colocados à votação, a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade os Votos de Pesar que por serem extensos se dão por integralmente reproduzidos, ficando arquivados em pasta anexa a este livro de atas. Foi dado conhecimento deste ato às respetivas famílias.----------

---

CORRESPONDÊNCIA: ----------

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da receção de um ofício de António Manuel Antunes Marçal, dando nota da cessação de funções do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho. A Assembleia Municipal tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, doc. n.º 3 - (três)). **O Senhor Presidente da Mesa** formulou votos de sucessos para os novos desafios do Presidente de Junta cessante e um bom trabalho à nova equipa.----------

---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

Inscrições: Aires Ventura, Isabel Seco, Elsa Lopes, Marco Sequeira, António José Gonçalves, João Pereira, Helena Correia, Sérgio Pedroso, Joaquim Seco, Joel Fernandes, Ana Paula Sançana e João Pedro Melo. ----------

---

Aires Ventura interveio para dar nota da falta de suportes de estacionamento para bicicletas e apelar para que, na próxima época balnear, seja tida em consideração a colocação de mais paragens de autocarros com destino às praias fluviais, nomeadamente, em aglomerados mais populosos.----------

Isabel Seco usou da palavra para realçar e enaltecer a abertura do ano letivo nas escolas do concelho que se realizou de forma pacífica e ordeira, formulando votos em nome pessoal e do Grupo Municipal do Partido

Socialista, a toda a comunidade escolar, de um excelente ano letivo 2019/2020 com muito sucesso. Realçou ainda as políticas que a Câmara Municipal tem desenvolvido ao longo destes anos, na área da educação, promovendo parcerias com o Agrupamento de Escolas da Lousã, Escola Profissional e a CIM – Região de Coimbra que visam claramente promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos alunos do concelho da Lousã. Medidas muito importantes na perspetiva do Grupo Municipal do PS e que visam a segurança, alimentação, saúde e bem-estar dos alunos, ambiente, cidadania, empreendedorismo, ciência e tecnologia, artes e ofícios que contribuem para o sucesso dos alunos deste concelho.----------

Elsa Lopes começou por solicitar a colocação de contentores de lixo na freguesia das Gândaras. Disse que os contentores da Rua da Moita e Rua da Papanata são insuficientes, propondo o aumento do número de contentores ou o reforço dos dias em que é feita a recolha de lixo. Ainda sobre a freguesia das Gândaras, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** a quem pertence a responsabilidade de notificar os proprietários de alguns prédios que se encontram em ruínas, colocando em risco a vida de pessoas e bens. Relativamente à zona da Lousã, chamou a atenção para o péssimo estado de circulação da Rua 1° de Dezembro e Rua Padre José da Silva Figueiredo, junto ao lugar das Poças e deu nota de um buraco existente na viela que liga a Rua 1° de Dezembro à Rua do Comércio, junto à antiga linha do comboio. Questionou ainda se existe algum projeto para a marcação da via na estrada de acesso às aldeias serranas, visto que a iluminação não existe e a limpeza das bermas, por vezes, não é feita. Deu ainda nota que na descida de Alfocheira, no último miradouro, onde se encontra um banco, há um abatimento e forte desnível do pavimento.----------

Marco Sequeira usou da palavra começando por felicitar os jovens lousanenses: Frederico Curvelo, Margarida Bandeira, Gonçalo Bandeira, Daniel Pombo, Ana Rodrigues e Fábio Fernandes pelo sucesso a nível desportivo e distinção nas modalidades que praticam. Realçou, ainda na área desportiva, o apoio prestado pela Câmara Municipal da Lousã a vinte e quatro entidades que movimentam cerca de mil e duzentos atletas, dos quais cerca de 60% são jovens dos escalões de formação. Destacou o início do ano letivo, e disse que a Câmara Municipal, para além do serviço de ação social escolar,

estabeleceu diversos protocolos com instituições e associações do concelho prestando, dessa forma, um apoio a cerca de trezentas e oitenta crianças. Referiu as Jornadas Pedagógicas que decorreram no passado dia quatro de setembro e que tiveram como principal objetivo o acolhimento da comunidade educativa e reconhecimento da importância da educação para desenvolvimento de projetos e iniciativas, bem como, o desenvolvimento do território. Enfatizou, positivamente, a realização do "Festival Lousã On" que decorreu nos dias nove e dez de agosto, na praia fluvial Senhora da Graça, na freguesia de Serpins, e que teve como objetivo comemorar o Dia Internacional da Juventude. Felicitou a organização por esta edição e enalteceu a atitude da Câmara Municipal ao ter descentralizado esta atividade para um enquadramento natural e paisagístico enriquecedor e atrativo com muita animação e jogos desportivos e com forte adesão por parte da comunidade mais jovem. Concluiu a sua intervenção formulando votos de um bom ano letivo a todos os jovens lousanenses.----------

António Gonçalves questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre o número de empresas criadas na Zona Industrial do Alto do Padrão e número de postos de trabalho criados em cada uma delas. Perguntou pelo estado em que se encontra a casa da Lagartixa e edifício adjacente que começa a apresentar sinais de degradação e está sem funções, nem qualquer tipo de utilidade, e para quando é que está prevista a legalidade da reposição das janelas do Edifício dos Paços do Concelho e quem é que vai pagar os respetivos custos.

Referiu-se ainda a uma casa em Vilarinho, assunto a que já se tinha pronunciado em sessão de assembleia anterior e que não teve resposta conclusiva. Disse que a casa começou a ser reconstruída, mas, entretanto, ficou só com as paredes, depois, foi demolida ou ruiu e, num curto espaço de tempo, sofreu obras de recuperação e já tem telhado, pelo que solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** mais informações sobre este processo de obras. Disse que ouviu dizer que a ARCIL irá sair no Parque Carlos Reis, no final do ano pelo que pediu ao Senhor Presidente para confirmar da veracidade desta notícia. Concluiu dizendo que, no seu entendimento, a "*Lousã está suja*" e "*há zonas que estão abandonadas*". Ressalvou que nem sempre diz mal, as três rotundas à entrada da Lousã estão muito bem cuidadas e mantidas e dão dignidade à Vila da Lousã. Recordou que a Lousã é muito visitada pelo turismo

e isto é um "*péssimo cartão-de-visita*". Referindo-se ainda a duas árvores junto ao Regueiro, disse que concordava que tivessem sido cortadas, porque apresentavam perigo, mas, poderiam já ter sido substituídas por outras, há muito tempo, para além do espaço necessitar, igualmente, de limpeza, porque é um espaço bonito e de acesso às aldeias e Castelo. Fez, por último, uma observação aos dejetos de animais domésticos que estão um pouco por toda a Lousã, inclusivamente nos jardins públicos, o que no seu entendimento é inadmissível e tem que ser feita alguma coisa para contrariar este problema. Recordou que já deu nota desta situação em assembleias anteriores e, sugeriu que alguém interessado criasse um projeto, no âmbito do OP – Orçamento Participativo, num terreno junto às piscinas do Regueiro, portanto muito próximo do centro, para as pessoas poderem passear à vontade os seus animais domésticos, nomeadamente, cães.----------

João Pereira recordou que há uma lei que diz que todas as árvores queimadas ao longo das estradas, numa distância de vinte e cinco metros deverão ser abatidas o mais rapidamente possível, porque é um perigo eminente para os transeuntes, nomeadamente, viaturas e pessoas. Disse que na freguesia de Serpins, decorrente do incêndio de dois mil e dezassete, há centenas de árvores, nomeadamente pinheiros, umas inclinadas para a estrada e outras já caídas que tiveram que ser rebocadas. Sublinhou que as árvores até poderão ficar no chão, mas têm que ser cortadas aos bocados e, com a aproximação do inverno, a questão torna-se mais perigosa e urgente de resolver. Assim sendo, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se há alguma entidade que ponha em prática a lei que referiu e quem terá jurisdição sobre o exposto.------

Helena Correia usou da palavra dizendo que era a primeira vez na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho que intervém na assembleia. Reiterou disponibilidade do novo Executivo para continuar a trabalhar em conjunto com a Câmara Municipal e com as restantes Juntas de Freguesia, num processo de valorização do território. Expressou o seu compromisso dizendo que o grau, nível de empenho e de trabalho continuarão e que o cumprimento dos compromissos assumidos e a assumir serão, exatamente, iguais. Afirmou que da sua parte, o que aumentou foi, efetivamente, o nível de responsabilidade, porque, de resto, mantem-se tudo na mesma. Aproveitou esta sua intervenção para questionar o **Senhor**

Presidente da Câmara sobre o andamento das obras na Rua Dr. Pires de Carvalho.----------

Sérgio Pedroso interveio para questionar o **Senhor Presidente da Câmara** sobre se a visita do Senhor Primeiro Ministro ao concelho foi para dar alguma novidade referente ao Metro Bus que considera uma das mais importantes infraestruturas para o concelho. Disse que, na sua opinião, continuam a "*atirar areia para os olhos com falsas promessas e expetativas.*" Referiu-se ao estado de abandono em que se encontra o antigo Centro de Saúde da Lousã, muito embora saiba que o Executivo Municipal não tem nada a ver com o assunto. Considerando, ainda assim, ser um assunto de saúde pública questionou se o Executivo Municipal está a pensar intervir porque, quando foi para apresentar a obra estava presente. Acrescentou dizendo que a envolvente está a ficar coberta de ervas e silvas que, algumas delas, já passam para fora da vedação, alojam-se no interior animais que até são alimentados, porque existem recipientes em cima do muro e as árvores, cheias de pássaros, são cada vez maiores e libertam uma gordura e tinta vermelha que impede o estacionamento nos locais que existem para o efeito, pelo que solicitou ao **Senhor Presidente da Câmara** que mandasse averiguar a situação. Perguntou o que é que o Executivo Municipal pensa fazer às árvores, na Rua General Humberto Delgado, que libertam gordura, resina ou cola, não sabe exatamente o quê, mas, eventualmente, o **Senhor Vereador Ricardo Fernandes**, poderá prestar informações. O facto é que se os carros ali estacionarem ficam, em pouco tempo, gordurentos ao ponto de nem os vidros abrirem e o calcetado dos passeios colar. Quanto ao OP – Orçamento Participativo perguntou se já é conhecido o vencedor e, a conhecer-se, se desta vez se vai concretizar o projeto dentro dos valores e prazos previstos ou se será necessário esperar como no projeto anterior. Concluiu a sua intervenção dando os parabéns à Região de Turismo do Centro, pois que, segundo os últimos dados estatísticos, tem tido um crescimento acima da média nacional para o qual, certamente, contribuiu o Concelho da Lousã.-----

Joaquim Seco interveio para se referir ao acesso ao Centro Social da ADIC que tem tido uma excelente evolução, no que diz respeito às obras, com perspetiva de conclusão da primeira fase em maio de dois mil e vinte, faltando, posteriormente, a aquisição dos equipamentos, assunto este que é

do inteiro conhecimento do **Senhor Presidente da Câmara**. Este edifício situa-se junto ao Clube Recreativo e, entre a sede da Junta de Freguesia de Vilarinho e o Clube Recreativo Vilarinhense, existe uma estrada muito estreita, onde não se conseguem cruzar as viaturas, e isto é muito complicado, tendo em linha de conta o movimento que irá ter com grande fluxo de carros. Assim sendo, perguntou se a Câmara Municipal já equacionou o alargamento desta estrada. Em seguida referindo-se ao reaver o estatuto da freguesia de Vilarinho, disse que, foi visível, na última reunião do Movimento Cívico Refutar o dinamismo em onda crescente para que se faça justiça naquela terra. A comunidade considera o movimento como uma força representativa legal de um dos maiores objetivos que envolve os Vilarinhenses. Estando a dois anos das eleições autárquicas, referência para Vilarinho assumir-se como freguesia, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** se este processo, no Poder Central, tem tendência a evoluir com justiça e se está calendarizado este assunto. Afirmou que enquanto Vilarinhense, se associava ao que a generalidade pretende e, citando: "estamos disponíveis para gerir a nossa terra como sempre foi gerida, com proximidade como sempre a caraterizou. *Quando chegar a hora, assumiremos a Comissão Instaladora, porque conhecemos a Junta por dentro e por fora. Para exemplificar existem vinte e um livros de atas até vinte e nove de setembro do ano de dois mil e treze, sendo o primeiro do ano de mil oitocentos e trinta e seis. Tudo ficou devidamente organizado. Foi entregue sem qualquer dívida. Uma Junta secular que sempre se responsabilizou. Vilarinho impõe esta mudança, clama pelo seu estatuto porque todos estamos a perder*". ----------

Joel Fernandes usou da palavra para fazer uma alusão às comemorações dos quarenta anos do Serviço Nacional de Saúde, dizendo que este grande pilar da democracia deve ser sempre lembrado, e por ele lutado, no sentido em que não seja desvirtuado e que, acima de tudo, continue a ser geral, universal e, tendencialmente, gratuito como tem sido até agora.----------

Ana Paula Sançana interveio cumprimentando a todos com particular destaque para congratular **Helena Correia**, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho. Disse que, embora em quadrantes opostos, não tem dúvidas daquilo que conhece, pela admiração que tem enquanto autárquica e pessoa que **Helena Correia** vai trabalhar com todo o

empenho, dedicação e sensibilidade, caraterística esta, mais vincada nas mulheres. Endereçou, também, as maiores felicidades a **António Marçal** que cumpriu vários anos de mandato na Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho e, por inerência, na Assembleia Municipal. Seguidamente, referiu-se ao ensino e ao arranque do novo ano letivo que, felizmente, correu bem. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre o elevado estado de degradação em que se encontra a Escola Secundária da Lousã. Disse acreditar que já tenha sido submetido o projeto à Direção Geral de Educação, mas, ainda assim, gostaria de saber o *timing* de financiamento e execução da obra e qual é o tipo de investimento que vai ser realizado. Em seguida, muito embora não seja da competência da autarquia, e saia do foro do Município, porque tomou conhecimento e entende como importante transmitir algum incómodo, denunciou, relativamente à questão que o Agrupamento de Escolas assumiu ao uso de garrafas de plástico nas escolas. Entende ser uma medida importante, e estando na semana da sensibilização do clima, estas questões são importantes, mas também, em sua opinião, a sensibilização deve-se dar de outras formas. Segundo apurou, os professores têm acesso a copos de água no bar e os meninos que não levarem uma garrafa de água de casa, ou se quiserem reabastecer as garrafas, têm que o fazer nos repuxos, nas casas de banho ou na cantina. Considerando o estado de degradação de algumas canalizações, esta água nem sempre terá a melhor qualidade. Sublinhou que a ideia é boa, mas não se pode ser tão fundamentalista. Deu ainda nota que existem bastantes queixas contra o funcionamento do Centro de Saúde de Serpins, pela grande dificuldade de agendamento de consultas, ausência de médicos sem substituição e as pessoas não terem acesso a consulta no próprio dia, se não poderem vir ao Centro de Saúde da Lousã, têm que se deslocar a Arganil ou Coimbra. Disse que as consultas não programadas, supostamente, consultas mais urgentes, chegam a demorar mais de oito dias. Apelou à evocação do espírito dos quarenta anos do Serviço Nacional de Saúde, porque estes cidadãos acabam por ser prejudicados. Seguidamente, referiu-se à assinatura recente de um protocolo com uma entidade para a gestão do campo da Escola EB 2 3 da Lousã. O referido protocolo começou no ano de dois mil e oito, que na sua opinião esteve bem, porque na altura, não havia nenhum sintético para as crianças praticarem desporto. No ano de dois mil e

dezasseis é feito um aditamento a este protocolo de cooperação que passa para uma empresa cujo objeto social tem a ver com bens imobiliários e que nada tem a ver com desporto. Questionou os critérios utilizados para a cedência de equipamentos públicos a terceiros. Acrescentou ainda que este protocolo previa a revisão anual, por isso perguntou se foram solicitados relatórios de quantos atletas frequentaram o campo, o tipo de uso que foi dado, a manutenção e os encargos. Perguntou, ainda, quem pagou a eletricidade, a água e outros tipos de manutenção durante estes anos, uma vez que estão em causa empresas que tinham no seu objetivo e na sua parceria com a Câmara Municipal, este tipo de despesas. No ano de dois mil e dezanove, a autarquia passa desta empresa, cujo objeto social era bens imobiliários para uma associação de fora do concelho. Questionou se no concelho não existem mais entidades que estão ligadas ao desporto, com mérito no terreno que poderiam estar interessadas neste tipo de protocolo? Disse que o Grupo Municipal do PSD não consegue entender como é que uma associação se forma em quatro dias, antes da assinatura de um protocolo e perguntou que garantias é que se tem que esta associação tem experiência na área do desporto para dar formação aos jovens do Concelho da Lousã? Deixou explícito que o Grupo Municipal do PSD não é contra, mas quando se trata de equipamentos públicos, os assuntos deveriam tornar-se mais públicos para permitir a outras entidades que possam ter interesse poderem manifestar-se.----------

João Pedro Melo usou da palavra para apresentar em nome do Grupo Municipal do PS, gratidão e reconhecimento a **António Marçal** por mais de trinta anos ao serviço da causa pública. Foi eleito pela primeira vez para a Assembleia Municipal, no ano de mil novecentos e oitenta e cinco, substituiu como Vereador, o Senhor Vereador Cunha Marques, falecido no ano de mil novecentos e oitenta e oito, foi eleito para a Assembleia Municipal nos anos de mil novecentos e oitenta e nove, mil novecentos e noventa e três, mil novecentos e noventa e sete e em dois mil e um. No ano de dois mil e cinco, foi eleito Presidente da Junta de Freguesia da Lousã, tendo sido reeleito no ano de dois mil e nove, dois mil e treze e dois mil e dezassete. Também foi um participante ativo em várias associações do concelho e foi elemento de Comando de Bombeiro. Agradeceu, enquanto Presidente da Junta de

Freguesia, a luta que sempre defendeu pela restauração da freguesia de Vilarinho. Disse que sob o ponto de vista do Grupo Municipal do PS, é um exemplo a seguir em termos de serviço à causa pública no âmbito do Poder Local. Endereçou a **Helena Correia** e à Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, votos das maiores felicidades e sucessos. Concluiu dizendo que serão, também, os sucessos de toda a população da Lousã e pediu-lhe que continuasse a luta pela defesa da freguesia de Vilarinho.----------

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta às intervenções, disse que: já existem suportes para estacionamento de bicicletas, mas tem conhecimento que têm que ser colocados suportes em alguns pontos, nomeadamente, na zona central da Vila da Lousã. Quanto aos transportes para as praias fluviais tomou nota da sugestão apresentada para análise, informando, no entanto, que os transportes funcionam como pontos de partida e chegada e não como transporte público com paragens. Sobre os projetos e medidas que a Câmara Municipal implementa, no que diz respeito ao ensino e educação no concelho, disse que existe um conjunto de várias medidas, tendo sido já assinaladas as mais emblemáticas. Sobre colocação de contentores de lixo, nomeadamente na Rua da Moita e Rua da Papanata, no seu entendimento, a solução passará mais por uma reorganização desses equipamentos, em termos da sua capacidade e da sua distribuição, do que pelo reforço da frequência de recolha. Comprometeu-se a solicitar aos serviços que façam a devida análise a fim de se dar a resposta adequada para melhorar o serviço prestado. Sobre os prédios em ruínas, informou que para serem classificados como tal, informou que têm que se cumprir uma série de critérios. No entanto, irá solicitar aos Serviços de Urbanismo, a fiscalização por parte da Câmara Municipal, nomeadamente na Rua da Papanata e outras. Acrescentou que a Junta de Freguesia já assinalou alguns casos para se verificar se os prédios têm as caraterísticas para serem considerados como tal e, posteriormente, os proprietários serem notificados. A Rua 1° de Dezembro está devidamente identificada como via a necessitar de intervenção e está contemplada numa candidatura que a Câmara Municipal apresentou em junho, a um programa específico de Fundos Comunitários, aguardando-se resposta até ao final do ano. A Rua Padre José da Silva Figueiredo, no lugar das Poças, é uma situação de infraestruturas feitas *à posteriori*, cuja zona mais central tem algum

abatimento e precisa de ser corrigida. Esta situação também é do conhecimento da Câmara Municipal e confirmou que a artéria que liga a Rua Dr. Pires de Carvalho e Rua 1° de Dezembro, também necessita de intervenção pelo que terá uma melhoria no âmbito dos trabalhos que estão a ser executados agora. A marcação da sinalização horizontal na estrada 236 Lousã – Castanheira de Pera, é uma situação que também está identificada e que a Câmara Municipal irá procurar concretizar em tempo oportuno. Quanto à limpeza das bermas, confirmou que não aconteceu no período mais desejado por várias vicissitudes, mas a contratação de serviços já está adjudicada há algum tempo, pelo que a empresa já poderia estar a realizar aquele serviço. O abatimento no pavimento mencionado, na zona de Alfocheira, disse ser uma situação com algum grau de complexidade em termos do tipo de intervenção e das consequências da mesma, e tem estado em análise cuja definição em concreto ainda não existe. Sobre os investimentos que a Câmara Municipal faz nas pessoas nos vários níveis: juventude, desporto, educação e outras, disse que é uma preocupação dar continuidade, porque são importantes relativamente à qualidade de vida existente. Sobre a instalação de empresas no concelho frisou que foram feitas cedências de lotes pela Câmara Municipal a entidades empresariais, esses processos existem, mas a sua concretização tem demorado algum tempo, porque algumas delas dependem de financiamentos dos Fundos Comunitários. Sobre a Casa da Lagartixa, informou que o espaço não está abandonado e que a casa original está por concluir no interior. Recentemente, têm estado a ser elaborados vários trabalhos no sentido de encontrar a melhor solução para concretizar essa intervenção de recuperação de interior. Neste momento, e referindo-se ao imóvel construído de raiz e mais voltado para o exterior, informou que estão em curso iniciativas que permitam abrir aquele espaço que foi construído de novo, com várias valências, e que contempla espaços que poderão vir a ser utilizados pelo público, outros de utilização mais técnica, mas, no momento, é este trabalho que está a ser desenvolvido no sentido de criar condições de numa primeira instância ficar ao serviço das pessoas e ao serviço do concelho. Acrescentou que numa segunda fase, e dependendo de fontes de financiamento que sejam possíveis será objeto de intervenção a Casa Carlos Reis ou Casa da

Lagartixa, como é vulgarmente conhecida. Sobre o Edifício dos Paços do Concelho disse não ter nenhuma novidade e o edifício está em boas condições de funcionamento. Relativamente à casa em Vilarinho, segundo a informação que dispõe, existe licença de obras para o que está a ser edificado neste momento. Sobre a saída da ARCIL do Parque Carlos Reis, informou não ter conhecimento de nada. Relativamente às observações, algumas das quais de intervenção municipal, discordou com a afirmação de **António José Gonçalves** quando disse que a "*Lousã está suja e abandonada*". Deu nota que desde há um tempo a esta parte, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, nomeadamente, a da Lousã e Vilarinho, no que diz respeito às limpezas nas zonas referidas, decidiram não utilizar qualquer tipo de químicos de herbicidas, o que, em certa medida, não ajuda ao combate e eficácia da limpeza e a remoção das ervas torna-se mais difícil. Importa ter consciência desta medida porque, a isto, juntando as condições climáticas que se têm verificado, não favorece a que muitas das vezes os espaços estejam tão bem quanto o desejado e obrigam a que haja muito mais limpeza e os recursos humanos não são em quantidade suficiente para executar o trabalho com tanta regularidade para que esteja tudo "impecável". Relativamente aos dejetos dos animais, confirmou que existem em alguns espaços situações menos adequadas, contudo, não sabe se a solução passará por criar um espaço próprio para esse fim. Recordou que a lei é clara, sobre a responsabilidade e o cumprimento das regras que os detentores dos animais de companhia têm para conduzi-los na via pública. Sublinhou que a Câmara Municipal tem feito um esforço para evitar o impacto negativo em alguns espaços, mas não tem condições para fiscalizar todos os detentores de animais e às horas em que o fazem. No entanto, afirmou que se iria intensificar na medida do possível, a fiscalização e sensibilização junto da população. Disse que a questão das árvores queimadas já tinha sido colocada anteriormente e que o Senhor Vereador da Proteção Civil e das Florestas e ele próprio terão informado que em primeira instância a responsabilidade é dos proprietários. Saudou **Helena Correia**, enquanto Presidente de Junta de Freguesia e nessa qualidade pela primeira vez na Assembleia Municipal. Associou-se aos votos dos anteriores intervenientes e formulou votos de bom trabalho e da disponibilidade da Câmara Municipal em continuar a trabalhar

em conjunto, no sentido de encontrar as melhores respostas para os munícipes/fregueses. Deixou ainda uma palavra de agradecimento a **António Marçal** que agora deixou as funções autárquicas. Sobre as obras na Rua Dr. Pires de Carvalho, esclareceu que até meados de agosto teve um andamento complicado, a partir daí desenvolveu-se de forma adequada, entretanto, e apesar dos prestadores de alguns serviços de infraestruturação de base estarem já informados, nomeadamente, eletricidade e gás, foi necessário proceder a alguns ajustamentos, o que veio a perturbar o andamento dos trabalhos, esperando que estejam já todos devidamente ultrapassados e que a partir de agora, a obra possa decorrer dentro da normalidade. Sobre o antigo Hospital, confirmou que esteve presente a título de convidado, pela Santa Casa da Misericórdia da Lousã, como outras entidades estiveram igualmente presentes, no momento que assinalou o início das obras. As questões apresentadas nesta assembleia sobre este assunto deverão ser endereçadas à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia, enquanto detentora da obra, porque não tem conhecimento nem qualquer observação a fazer, dado tratar-se de espaço privado. Tem conhecimento como todos têm, da existência de um protocolo considerado importante entre a Santa Casa da Misericórdia e uma entidade, não tem conhecimento de mais informações sobre o assunto. Relativamente às árvores na Rua General Humberto Delgado, tomou nota para solicitar avaliação aos serviços. Sobre o OP – Orçamento Participativo, deu nota que na próxima semana será feita a apresentação dos resultados e a expetativa da Câmara Municipal é que possa ser realizado o projeto vencedor. Sobre os outros projetos, há um, que devido às questões subjacentes que já foram explicitadas em assembleias anteriores, tem demorado mais tempo, na expetativa de se conseguir um melhor resultado final. A Câmara Municipal continua a trabalhar no sentido de concretizar esse objetivo, não da forma como foi proposto, mas com uma configuração diferente. A felicitação à entidade Regional do Turismo do Centro é pertinente atendendo aos números que apresenta e a outros reconhecimentos e distinções que tem conseguido. Tem sido parceira da Câmara Municipal da Lousã em vários projetos e, desta forma, o Concelho da Lousã tem contribuído para que a entidade Regional do Turismo do Centro consiga bons resultados. Deu nota que a Câmara Municipal tem

acompanhado o processo de construção de estrutura social do novo Lar que comporta outras valências, da ADIC – Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, através de reuniões entre a Câmara Municipal e a direção. Quanto ao melhoramento do acesso àquela infraestrutura, informou que também já foi colocada esta situação à Câmara Municipal e já foram feitos contactos com os proprietários do terreno no sentido de promover um alargamento da via que permita melhorar a circulação, contudo, ainda não há resultado final. Relativamente à restituição da Junta de Freguesia de Vilarinho, reiterou que a Câmara Municipal estará ao lado desta pretensão. A Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho e o seu executivo também já várias vezes o afirmou, mas a calendarização do processo só é exequível depois da instalação da nova Assembleia da República e constituição do Governo, dependendo ainda da expressão de votos. Adiantou que lhe parece viável, a partir do início do ano de dois mil e vinte e assim sendo, como é o desejo expresso de todos, no ano de dois mil e vinte e um, poder concretizar-se o processo. Deixou um reparo ao Serviço Nacional de Saúde, questão já abordada e muito importante, enquanto uma das principais vitórias do atual regime democrático. Sobre a requalificação da Escola Secundária, conforme por si dito em assembleias anteriores e outros fóruns, reiterou que é uma das prioridades reivindicadas pela Câmara Municipal da Lousã, junto do Ministério da Educação, no sentido de serem encontrados os meios financeiros para a concretização da requalificação daquele espaço escolar. Por diligências da Câmara Municipal, do Agrupamento de Escolas da Lousã e de conversações com o atual governo, e, em particular com a Senhora Secretária de Estado da Educação, até ao momento, o que foi possível foi a contratação por parte do Ministério da Educação da elaboração do projeto que já está concluído. Engloba intervenções nos três blocos: polivalente, administrativo, onde funciona a cantina e onde estão os vários serviços administrativos e outros. Engloba ainda, intervenções no pavilhão A e B. Disse não saber os montantes previstos para a intervenção em cada um destes blocos, mas o montante global é ligeiramente superior a um milhão e oitocentos e trinta e seis mil euros do orçamento previsional relativamente ao projeto que já está elaborado. Agora o trabalho vai continuar no sentido de serem garantidos os meios para a obra ser executada e não é novidade para o Executivo Municipal o estado

em que se encontra, uma vez que já era uma necessidade identificada há bastante tempo. Relativamente ao funcionamento da Extensão de Saúde de Serpins manifestou surpresa pela informação prestada e disse não ter conhecimento de nenhuma situação anómala, nem por parte da Junta de Freguesia de Serpins, nem por nenhum cidadão. A Extensão de Saúde de Serpins é coordenada pela USF Trevim Sol e, segundo lhe parece, havendo dificuldade em Serpins, conforme pontualmente já aconteceu no passado, a situação normal seria o encaminhamento para a Lousã. Entretanto, comprometeu-se a saber mais elementos sobre a situação apresentada. Sobre o protocolo do espaço existente junto à Escola EB 1 2 da Lousã, propriedade do Ministério da Educação, DGEstE – (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), que delegou, nomeadamente, na questão do protocolo, no Agrupamento de Escolas da Lousã, é do ano de dois mil e oito. Confirmou que existiu uma primeira entidade que cedeu a posição a outra entidade que, independentemente, de não obter o fim específico tão adaptado àquilo que seriam as atividades ali a desenvolver, tinha um CAE que legalmente lhe permitia assumir aquela cedência de posição e, neste momento, quem está ao abrigo do aditamento do protocolo que envolve o Agrupamento de Escolas, a Câmara Municipal e a outra entidade, é uma associação e não uma empresa que não tendo sede na Lousã, desenvolve aqui a sua atividade. Disse que esta situação surge porque tem que haver encontro de vontades e, quando surge à Câmara Municipal, em última instância, já tinha o acordo entre a associação que agora tomou posição e quem queria cedê-la e o acordo do Agrupamento de Escolas da Lousã. Não é uma cedência a qualquer preço, é uma cedência entre entidades privadas e, como tal, tem que haver encontro de vontades. Adiantou que não era segredo para ninguém que a anterior entidade estava disponível para ceder a sua posição, por isso, caso houvesse interessados no concelho teriam contactado entre si. Frisou bem para que não subsistissem dúvidas que a Câmara Municipal tem intervenção no protocolo, mas o espaço é titulado pelo Ministério da Educação e, no concelho através da DGEstE, delegou no Agrupamento de Escolas da Lousã. O espaço para além do horário normal das dezoito horas constituiu uma mais-valia através do investimento privado na qualificação de um espaço que é utilizado pelos jovens e crianças que frequentam o

estabelecimento de ensino durante todo o dia, em várias atividades, nomeadamente, na atividade física. Quanto aos critérios utilizados para a cedência do equipamento, esclareceu que os mesmos estão consignados no aludido protocolo. ----------

---

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, (doc. nº 4 - (quatro)). ----------

---

Inscrições: Conceição Loureiro, Joaquim Seco, Aires Ventura, Luís Martins, João Pereira, Joel Fernandes e João Pedro Melo.----------

---

Conceição Loureiro chamou mais uma vez a atenção para o facto da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira, ser bastante sumária, e por isso carecer de informação complementar, nomeadamente, no que diz respeito às diversas reuniões enunciadas. Disse que gostaria que o Executivo Municipal tivesse em consideração este pedido e, futuramente, prestasse mais detalhes sobre o conteúdo das reuniões. Relativamente à limpeza da Lousã, disse que é inegável o empenho efetivo na manutenção da limpeza da Vila e do Concelho da Lousã em atividade contínua. Entendeu exagerada a forma como **António José Gonçalves** se referiu ao assunto. A Lousã é uma Vila limpa e asseada, necessitando em alguns pontos de determinados cuidados. Em nome da CDU sugeriu que os novos contentores do lixo fossem extensíveis a todo o concelho, porque são contentores com maior limpeza do que os atuais. Sobre os cães, disse ainda que, foi com pouca nobreza que **António José Gonçalves** se referiu aos animais de estimação que não têm culpa nenhuma e a CDU sugere que fosse feita nas diversas juntas de freguesia uma ação de formação e/ou sensibilização sobre essa questão, a fim de alertar a população detentora de animais para os cuidados a terem, porque se trata de uma questão de cidadania e isso já não passa apenas pela Câmara Municipal, passa pelas pessoas, família e escola. Aproveitando este momento e no seguimento da intervenção de **Ana Paula Sançana** informou que na

Escola Secundária, estão a tentar banir as garrafas de plástico e as crianças estão a ser educadas, através de projetos, para a sustentabilidade ambiental e, por conseguinte, faz todo o sentido esta medida. Afirmou que a esmagadora maioria das crianças trás água de casa e, no bar, se quiserem podem encher novamente a garrafa, assim como os professores também levam a sua garrafa e se quiserem enchem ou não. É mentira o que foi dito, porque está diariamente no bar e constata as crianças a pedirem água. Acrescentou ainda que se sentiria mal se não repusesse, publicamente, a verdade e por isso apresentou desculpas a **Ana Paula Sançana** pelo desmentido em forma testemunhal. Questionou ainda o **Senhor Presidente da Câmara** relativamente à informação prestada, sobre as reuniões que teve com a Assembleia Geral do Metro Mondego, da reunião da Administração do Metro Mondego e da reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas (Sistema de Mobilidade do Mondego) e o ponto de situação do projeto do Sistema de Mobilidade para a Lousã. Disse que estando em vésperas de eleições têm o direito de saber alguma coisa. Concluiu a sua intervenção saudando **Helena Correia**, a nova Presidente da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, a quem desejou as maiores felicidades, bem como agradeceu os princípios democráticos sempre subjacentes a **António Marçal**, fazendo votos para que tudo continue o melhor possível para a Lousã.

Joaquim Seco interveio para se referir à empreitada de reabilitação da Ponte do Boque. Disse que viu este registo com bastante orgulho, porque tem sido uma obra bastante questionada há vários anos entre as Juntas de Freguesia de Serpins e Vilarinho e a Câmara Municipal. Perguntou se a obra não inclui o pontão da Ribeira dos Casais e qual a tonelagem prevista. Aproveitou o momento para formular votos de bom trabalho para **Helena Correia**, nova Presidente da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho e desejou que a presidência assumida a realize na plenitude dos seus objetivos. Desejou, igualmente, o maior sucesso a **António Marçal** porque foi um grande obreiro, até ao momento, para reaver o estatuto da Freguesia de Vilarinho. ----------

Aires Ventura disse que da informação escrita sobre a atividade municipal, questionava as zonas que vão ser abrangidas pela candidatura para a Rede Ciclável Urbana da Lousã e que informação pode prestar à assembleia sobre o Ramal da Lousã, uma vez que, entretanto houve Assembleia Geral da Metro

Mondego e uma reunião com as Infraestruturas de Portugal. Concluiu deixando a pergunta, citando: "*será que não é mais uma promessa levada pelo vento da hipocrisia política?*" ----------

Luís Martins interveio para apresentar um resumo da análise referente à informação financeira do município onde os gráficos e rácios expostos na referida informação evidenciam o cumprimento da execução orçamental, o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental de acordo com a nova lei das finanças locais, a redução da dívida a terceiros na sua totalidade com um decréscimo de um ano para o outro de EUR: 243.343 (duzentos e quarenta e três mil trezentos e quarenta e três euros), que é bastante significativo. O prazo médio de pagamento está neste momento em quarenta dias. Deu especial enfase na análise da situação do endividamento autárquico para o ano de dois mil e dezanove, onde o município detém uma margem disponível de EUR: 2. 778.978.00 (dois milhões setecentos e setenta e oito mil novecentos e setenta e oito euros), montante relevante até para os pontos que se irão apreciar a seguir.----------

João Pereira interveio começando por dizer que a abordagem que iria fazer é um assunto recorrente e que já foi levantado nesta assembleia em intervenções anteriores e tem a ver com o Metro Mondego. Disse que não é por se estar em campanha eleitoral que se está a falar no Metro Mondego, porque há muitos anos que este assunto tem estado presente, sendo que a questão não é o que vamos ter, mas quando é que vamos ter. Afirmou estar satisfeito por essa alteração de comportamento e expetativa por parte dos diferentes partidos com assento na Assembleia Municipal. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se as propostas que foram apresentadas para a execução da empreitada entre Serpins e o Alto de S. João foram ou não abertas e apreciadas. Em seguida, referiu outro assunto recorrente, que é a Ponte do Boque. Afirmou que a freguesia de Serpins se congratula com esta obra, embora a população que é servida por ela é mais da freguesia de Lousã e Vilarinho. Reiterou as palavras de **Joaquim Seco**, dizendo que enquanto ambos Presidentes das Juntas de Freguesia de Serpins e Vilarinho tentaram fazer uma parceria, contudo o orçamento das autarquias não comportavam o investimento. Frisou que a necessidade da alteração da tonelagem na travessia é importante e fundamental, mas, no seu entendimento ainda é

muito mais importante o alargamento do pontão, porque esse era o principal obstáculo à passagem de outras viaturas, nomeadamente, transporte de mercadorias. A verificar-se esta concentração de objetivos e necessidades, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal podem congratular-se, porque é uma bonita e necessária obra. Concluiu a sua intervenção dirigindo-se ao **Senhor Presidente da Câmara** e restante executivo dizendo que a Junta de Freguesia de Serpins, representada na Assembleia Municipal pelo seu presidente se sente muito feliz pela execução desta obra e, por esse facto, felicitava a Câmara Municipal pelo esforço e empenho desenvolvidos para a concretização desta obra. ----------

Joel Fernandes interveio para se referir ao Sistema de Mobilidade do Metro Mondego, dizendo que, na semana passada, decorreu a "Semana Europeia da Mobilidade", em Coimbra e, nessa conferência esteve presente o Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal que fez alguns anúncios relativamente a este projeto. Uma delas foi que a primeira fase do projeto entre Serpins e Alto de S. João é a que está mais adiantada. O projeto está executado e a declaração de conformidade já está emitida. Também foi dito, nessa conferência, que a segunda fase do projeto que ligará o Alto de S. João a Coimbra B, deverá estar concluído até ao mês de outubro e, segundo a sua opinião houve duas novidades importantes: a Estação de Coimbra B estará preparada para receber o Sistema de Mobilidade do Mondego e que este, contrariamente ao projeto inicial, que seria para ficar até à porta do hospital, neste momento, vai atravessar os Hospitais da Universidade de Coimbra e Pediátrico. Como o **Senhor Presidente da Câmara** tem na sua informação da atividade municipal inscrita uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, solicitou confirmação destas notícias vindas a público pela comunicação social. Pediu um ponto de situação sobre a entrega de uma habitação na Ribeira Fundeira que está relacionada com os incêndios ocorridos no ano de dois mil e dezassete. Perguntou ainda se o processo da entrada em funcionamento da APIN tem decorrido com normalidade e se está previsto o cumprimento dos prazos para início no mês de janeiro. Por último, perguntou pelo ponto de situação da Empreitada de modernização do Complexo Turístico da Senhora da Piedade e se é possível prestar mais algumas informações acerca do que vai ser executado.----------

João Pedro Melo usou da palavra começando por dizer que algumas das questões que pretendia colocar já foram entretanto expostas, no entanto, solicitou o ponto de situação dos trabalhos realizados relativamente aos incêndios no concelho. Questionou, ainda, sobre o Metro Bus e as informações que têm sido divulgadas, na medida em que o representante do BE diz que, citando: "*ouviu algures que está enquizilado, ou se pode dizer na assembleia quais os fundamentos.*" Afirmou que, citando: "*se as coisas correrem bem é uma bandeira que o BE perde, no nosso Concelho, mas é importante que diga se tem informações que nós não temos. É importante que esclareça. Mas compreende que é uma bandeira que o BE perde no nosso Concelho.*" ---------

Em resposta às questões que lhe foram colocadas, o **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu a todos os membros da Assembleia Municipal que se referiram ao Metro Bus e disse que a informação que prestava é factual, não tem a ver com os períodos que se estão a viver, nem com afirmações de candidatos. Será enquanto representantes do Município, eleitos locais e, também, enquanto cidadãos que estão interessados na concretização deste projeto que é importante para todos, para a região e, particularmente, para o Concelho da Lousã e, sublinhou que prestava toda a informação de que dispõe. O processo está a andar da forma que foi apresentado, quer em termos de desenvolvimento dos projetos, quer em termos do cronograma que foi apresentado. O processo de contratação pública de habilitação da empresa que ficou classificada em primeiro lugar para a empreitada Serpins - Alto de S. João está a decorrer. A empresa apresentará os documentos necessários a essa habilitação para a execução da obra e na sequência disso, será submetido de acordo com o anúncio feito pelo Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, no passado dia dezanove do corrente, em Coimbra, ao visto do Tribunal de Contas. De acordo com as informações do Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal que é a entidade que está a lançar e a desenvolver os projetos, o que estava previsto era fazer a consignação em início do ano de dois mil e vinte, mas existe a possibilidade de antecipar essa consignação para o final deste ano, a partir deste momento o prazo de execução da obra começa a contar. Informação, igualmente, prestada pelo Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas. O projeto Alto de S. João – Coimbra B, está pronto a ser lançado a partir do ano de dois mil e

vinte, de acordo com o cronograma que foi apresentado no ano de dois mil e dezassete. O troço urbano da cidade de Coimbra, embora mais desenvolvido que o anterior, carece ainda de mais trabalho de consolidação e declaração de impacto ambiental. Acrescentou ainda que a empresa Metro Mondego, através dos seus técnicos, tem estado a trabalhar no processo, em conjunto com as Infraestruturas de Portugal, sendo esta a responsável por desenvolver os projetos e lançar os concursos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros. Sublinhou que tem havido conjugação de esforços por parte de todas as entidades para que o cronograma e prazos sejam cumpridos. Deu conhecimento de uma reunião de sucesso com uma Comissão de Peritos contratada pela Comunidade Europeia, a fim de elaborarem a pré-candidatura para validação de submissão àquela entidade. Afirmou que os eleitos locais têm consciência que a confiança das pessoas neste processo será maior quando as obras se iniciarem. A reunião da Assembleia Geral do Metro Mondego teve a ver com resoluções que estavam pendentes, e eram importantes, nomeadamente, o desenvolvimento do troço urbano da cidade de Coimbra, no que respeita à resolução dos imóveis que existem na baixa de Coimbra e a indigitação do novo Conselho de Administração da empresa Metro Mondego que se encontra em funções. A reunião da Câmara Municipal com a atual administração teve como base a troca de informação de todos os processos e projetos que estão a decorrer. A reunião com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas corresponde à informação que foi presente à assembleia e diz respeito a questões que têm a ver com a tutela. Os ecopontos enterrados foram adquiridos no âmbito de uma candidatura específica apresentada pela Câmara Municipal, não pode garantir que possa expandir para outros locais, como seria desejável. O que está previsto é uma melhoria da cobertura com o aumento ao nível de ecopontos por todo o concelho. É muito bom para o ambiente e para a Câmara Municipal, no sentido de diminuir o custo dos resíduos. Relativamente aos dejetos dos animais, aceitou a sugestão da representante da CDU para a intensificação da sensibilização junto da população pelas diferentes formas possíveis e em nome da sustentabilidade ambiental. Relativamente à Ponte do Boque informou que está previsto os trabalhos terem início em outubro. É uma nova travessia, com uma estrutura devidamente estudada, adaptada e, de acordo

com o que está previsto terá uma capacidade de carga de vinte toneladas e engloba o alargamento do pontão existente na margem esquerda do rio Ceira. A Rede Ciclável engloba várias artérias, foram apresentadas duas candidaturas: uma tem a ver com a melhoria da acessibilidade pedonal às estações do Metro Bus e que se destina à melhoria da acessibilidade aos interfaces do Metro Bus e outra candidatura, em termos financeiros, maior, que tem a ver com a requalificação e configuração da Avenida Dr. José Cardoso e criação de circuitos pedonais nessa mesma avenida e artérias circundantes. Em termos de ciclovia, o que está no projeto é que esta tenha continuidade para a Rua Dr. Pinto de Aguiar até ao novo acesso à escola número um da Lousã, melhorando a mobilidade pedonal e ciclável nestas zonas e nestes espaços escolares e de desporto. Deu ainda nota que estas candidaturas foram apresentadas pela Câmara Municipal ao abrigo das denominadas Candidaturas de "Mobilidade Urbana Sustentável" e rondam um montante de EUR: 1.200.00 (um milhão e duzentos mil euros). Reiterou as palavras proferidas por **Luís Martins**, e adiantou que, felizmente, neste momento e após a elaboração da informação apresentada, a capacidade de endividamento já é ligeiramente superior a EUR: 2.800.000.00 (dois milhões e oitocentos mil euros). A habitação da Ribeira Fundeira foi a última afetada pelos incêndios do ano de dois mil e dezassete e foi concretizada a entrega no passado mês de julho tendo-se encerrado este processo. Relativamente à empresa intermunicipal de ambiente – APIN, informou que estão a decorrer os trabalhos, é um processo muito exigente e mantem-se o objetivo de operacionalizar a empresa a dois de janeiro do próximo ano. Sobre o projeto "Valorizar a Senhora da Piedade" terá maior expressão de obra a partir deste mês. Já foram executadas algumas intervenções previstas no caderno de encargos, no interior do restaurante, aproveitando o período de férias deste e agora irão ser executados os outros trabalhos previstos, nomeadamente, a melhoria da acessibilidade pedonal entre o Cabo do Soito e Castelo, através da criação dos passadiços que irão permitir desfrutar daquela zona de forma mais plena e, também, uma melhoria da acessibilidade pedonal entre o Castelo e a Zona da Piscina com algumas intervenções complementares do restante complexo.

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

2 - Apreciação e votação do Regulamento de Ação Social Escolar para o ano letivo 2019/2020, sob proposta do Executivo, doc. nº 5 - (cinco)).----------

---

Inscrições: Aires Ventura.----------

Aires Ventura referindo-se ao ponto número um do regulamento onde diz que as candidaturas têm que ser feitas exclusivamente *online*, questionou se a Câmara Municipal tem algum gabinete de apoio para os encarregados de educação que não têm condições para as fazer desta forma.----------

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a alteração ao regulamento tem a ver com adaptações, alterações legais e modernização administrativa, mas quem não tiver condições para o fazer, os serviços assegurarão essa tarefa e será prestada a necessária ajuda.----------

---

Colocada à votação a proposta ao Regulamento de Ação Social Escolar do Município da Lousã a entrar em vigor no ano letivo 2019/2020, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) elementos.--------

---

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

3 - Apreciação e votação das Normas de Funcionamento do Ecocentro Municipal da Lousã, sob proposta do Executivo, doc. nº 6 – (seis)). ----------

---

Inscrições: Elsa Lopes, Renato Ferreira e António José Gonçalves. ----------

---

Elsa Lopes perguntou se já está definido o local para o Ecocentro Municipal.---

Renato Ferreira interveio começando por dizer que a sua intervenção engloba os pontos números três e quatro da ordem de trabalhos. Disse que as alterações climáticas e os assuntos relacionados com o meio ambiente são temas que cada vez mais preocupam a população e influenciam, não apenas o seu comportamento de consumo, mas também o seu modo de vida. Dessa forma, realçou as políticas ambientais e o investimento que a autarquia tem vindo a efetuar nesta área. Este novo ecocentro municipal funciona como reforço às recolhas seletivas dos ecopontos constituindo-se

como uma forma de potenciar os materiais recicláveis. Recebem matérias que pelas suas características não podem ser recolhidas nos circuitos normais e por isso vem dar resposta a uma necessidade do concelho, permitindo que todos possam depositar os seus resíduos adequadamente e contribuir para as boas práticas ambientais já implementadas. Relativamente à limpeza, disse que está em total desacordo com o comentário proferido por **António José Rodrigues**, entendendo que foi despropositado e desenquadrado. Referiu ainda, na parte dos resíduos que tem verificado a limpeza dos contentores e dos ecopontos, por entidades com equipamento adequado. ----------

António José Gonçalves em sua defesa e porque por várias vezes ter sido citado, pretendia aclarar a sua intervenção relativamente à "Lousã suja". Esclareceu, citando: "*quando disse que a Lousã estava suja, não quis dizer que estava toda suja. A Lousã tem sítios onde está realmente suja, há sítios onde não está.*" Em relação às Normas de Funcionamento do Ecocentro Municipal da Lousã, afirmou que o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente a proposta, ainda que "*peque por tardia*", porque já devia existir e formulou votos para que as pessoas que não têm civismo e contactar a Câmara Municipal para recolha de monos, o façam. Acrescentou dizendo que nem tudo está mal na Câmara Municipal da Lousã, porque já recorreu ao serviço de recolha de monos ao domicílio que funcionou na perfeição. Espera que com a introdução desta medida não continue a ver os mais diversos lixos depositados à beira da estrada. ----------

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Ecocentro Municipal constitui um equipamento relevante de deposição de resíduos, apoiando e potenciando a deposição seletiva de resíduos sólidos urbanos volumosos e pretende-se que seja um local promotor de educação ambiental. Reiterou as palavras de **António José Gonçalves** frisando que o serviço de recolha de monos funciona, inclusivamente, aos sábados, a fim de facilitar os horários e vida familiar dos munícipes. Acrescentou que o Ecocentro Municipal está praticamente construído, desejando que no mais curto espaço de tempo entre em funcionamento, situa-se na Zona Industrial do Alto do Padrão e é o primeiro criado na região aqui mais próxima. ----------

---

Colocada à votação a proposta das Normas de Funcionamento do Ecocentro Municipal da Lousã, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 25 (vinte e cinco) elementos.----------

---

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

4 - Apreciação e votação do Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, sob proposta do Executivo, doc nº 7 (sete)). ----------

---

Inscrições: Elsa Lopes. ----------

Elsa Lopes disse que não pretendia contrariar **Renato Ferreira** relativamente ao que disse sobre a limpeza dos contentores, no entanto, presenciou na primeira pessoa uma situação desagradável, numa das últimas limpezas de manutenção efetuadas aos contentores de lixo, na Praceta Sá Carneiro. O funcionário em serviço iniciou os trabalhos de limpeza não tendo em linha de conta as pessoas e viaturas ao redor, pelo que a sua viatura foi a principal atingida, tendo ficado com os vidros cheios de resíduos. Deu ainda nota que mostrou a ocorrência a dois trabalhadores da Câmara Municipal que iam a passar no local e tem consciência que foi feita exatamente a mesma coisa junto à rotunda do restaurante Casa Velha. Disse que nas ruas mais movimentadas e pracetas deveria haver mais cuidado e sugeriu que recolhessem os contentores para lavagem em local apropriado ou então fazem a sua substituição, retirando os sujos e colocando outros já lavados. Questionou se este procedimento é da responsabilidade da Câmara Municipal ou da ERSUC.----------

O Senhor Presidente da Câmara perguntou se **Elsa Lopes** se referia a contentores de lixo ou ecopontos, dado que o tratamento é diferente. Disse que a situação descrita lhe parece estranha, porque, normalmente, os contentores são lavados a quente, a alta pressão, dentro da própria viatura e depois é que são retirados para a via pública e este serviço é prestado por uma empresa para o efeito. Nos ecopontos, a lavagem é externa e, eventualmente, inadvertidamente, poderá ter acontecido o que descreveu. Apresentou desculpas pela situação ocorrida e, uma vez que se trata de um

prestador de serviço, irá reforçar as normas e observações a ter em conta no exercício da atividade para que estas situações não se voltem a repetir.---------

---

Colocada à votação a proposta do Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 25 (vinte e cinco) elementos. ----------

---

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

5 - Apreciação e votação da 3ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo, doc. nº 8 – (oito)).----------

---

Inscrições: Luís Martins. ----------

Luis Martins usou da palavra para dizer que no seu entendimento, a terceira revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sobre proposta do Executivo está relacionada com o ponto número seis da ordem de trabalhos. Deu nota que o reforço dos Passivos Financeiros de médio e longo prazo está relacionado com a rubrica de Reabilitação do Cineteatro, onde os valores desta rubrica passam a ser de EUR: 2.100.00 (dois milhões e cem mil euros), no entanto, o Executivo poderá prestar mais algum esclarecimento à assembleia se assim o entender.----------

O Senhor Presidente da Câmara deu nota que a 3ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano tem a ver com a inclusão de um montante adicional relativo ao montante do empréstimo, que vem à assembleia para ser contratualizado, e que é superior àquele que estava previsto no âmbito do IFRRU e é esse reforço de verba e é também a inscrição de dois novos projetos que é o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil – 3ª Geração e a Revisão do Plano Diretor Municipal da Lousã. ----------

---

Colocada à votação a proposta da 3ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 22 (vinte e dois) votos favoráveis do PS, PSD e CDU e 1 (uma) abstenção do BE, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) elementos.----------

---

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

6 - Autorizar para a contratação do empréstimo de médio e longo prazo para a realização do investimento de reabilitação do Cineteatro, no âmbito do IFRRU 2020 (Investimento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas), sob proposta do Executivo;----------

---

Seguidamente, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a alteração ao ponto da ordem de trabalhos com a nova redação, em virtude de se ter constatado uma desconformidade comparativa à proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos. --- Assim, o ponto número seis da ordem de trabalhos passou a ter a seguinte redação: ----------

6 - Apreciação e votação da autorização para a contratação do empréstimo de médio e longo prazo para a realização do investimento de reabilitação do Cineteatro, sob proposta do Executivo, doc. nº 9 (nove)).----------

---

O Senhor Presidente da Mesa informou ainda a assembleia que em relação a este ponto da ordem de trabalhos recebeu hoje mesmo uma informação por parte do Senhor Presidente da Câmara, do seguinte teor: " *O projeto de decisão datado de onze de setembro de dois mil e dezanove, submetido a ratificação do órgão executivo municipal em dezasseis de setembro de dois mil e dezanove, foi comunicado a todos os interessados para fins de audiência prévia. Decorrido o prazo de dez dias úteis para a pronúncia, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo, nenhuma entidade apresentou quaisquer alegações sobre o despacho/deliberação e documentação anexa, pelo que estão reunidas as condições para o órgão deliberativo municipal autorizar a contratação do empréstimo. Lousã, vinte e seis de setembro de dois mil e dezanove. O Presidente da Câmara, Luís Miguel Correia Antunes.*" ---

---

Inscrições: Sérgio Pedroso e Luís Martins. ----------

Sérgio Pedroso interveio para questionar o **Senhor Presidente da Câmara** sobre o valor da obra de reabilitação do cineteatro, porquanto tinha ficado com a ideia que não chegava aos dois milhões de euros e que uma parte significativa era paga por Fundos Comunitários, assim sendo, pergunta a razão pela qual o empréstimo, nesta proposta, se situa no montante de EUR: 2.100.000.00 (dois milhões e cem mil euros). Perguntou ainda se na sessão ordinária de fevereiro desta assembleia não foi autorizada a contratação de um empréstimo no valor de EUR: 1.600.00 (um milhão e seiscentos mil euros) para o mesmo fim.----------

Luís Martins usou da palavra começando por dizer que a reabilitação do cineteatro da Lousã é um investimento de grande importância para a autarquia e para os seus munícipes, dada a importância sociocultural que o edifício tem para o concelho. Disse ainda que, citando: "*todos reconhecemos a urgência na sua reabilitação. Estamos agora a apreciar e votar a autorização da contratação de um empréstimo que visa a sua reabilitação e pô-lo o mais rapidamente ao serviço dos seus munícipes.*" Deu ainda uma nota importante dizendo que esta assembleia tem a possibilidade de discutir esta proposta, graças ao desempenho do seu órgão executivo no cumprimento das regras do equilíbrio orçamental, de outra maneira não poderia ser feito.----------

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que a questão colocada por **Sérgio Pedroso** é pertinente. Dessa forma e contextualizando a proposta disse que, conforme já foi dado conhecimento, até pela correção que foi feita à redação do ponto da ordem de trabalhos, a Câmara Municipal tentou um empréstimo pela via de financiamento IFRRU 2020 – Investimento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas. O projeto de recuperação do cineteatro da Lousã está elencado no Plano de Ação para a Regeneração Urbana – PARU, foi também aprovado pela Assembleia Municipal, já há algum tempo. Em PARU, existe dotação global de apoio de fundos comunitários já com uma majoração decorrente de uma situação que a Câmara Municipal conseguiu aproveitar, no montante em cerca de EUR: 1.600.00 (um milhão e seiscentos mil euros), atendendo aos outros objetivos em termos de ação para a Regeneração Urbana, nomeadamente, ruas e espaços públicos, o Executivo

Municipal entendeu que não podia afetar o dinheiro todo dos fundos comunitários à reabilitação do cineteatro e hipotecar todos os outros. Assim, procurou encontrar outro meio de financiamento, que num primeiro momento foi o IFRRU. Este processo, quando foi iniciado foi longo e difícil do ponto de vista administrativo e, quando foi iniciado e aprovado o processo do IFRRU, a Câmara Municipal ainda só tinha o anteprojeto que apontava para um valor de execução de obra inferior. Depois de desenvolvido este projeto, e solicitando à equipa projetista que diminuísse o valor que fosse possível, o montante situou-se em EUR: 2.300.000.00 (dois milhões e trezentos mil euros) e foi com o valor desse projeto que a Câmara Municipal lançou o procedimento de concurso público. A empresa que ficou classificada em primeiro lugar ganhou a obra com o montante de dois milhões cento e tal mil euros. Este processo de contratação pública teve também o seu decorrer e vicissitudes e, entretanto, devido a várias questões, a Câmara Municipal entendeu, anular o processo do IFRRU e iniciar um novo processo, tendo em consideração as razões enunciadas pelo IFRRU e porque o montante anteriormente aprovado era insuficiente para a realização da obra, cerca de quinhentos mil euros abaixo, conforme o que estava acordado com o apresentado pela empresa classificada em primeiro lugar. Assim, a Câmara Municipal iniciou novo processo com consulta a sete entidades bancárias que têm agência/balcão aberto na Lousã. Das sete entidades convidadas, concorreram seis e uma teve que ser eliminada, tendo ficado habilitadas cinco, de acordo com a análise técnica apresentada na proposta em apreciação hoje. ----------

Sérgio Pedroso interveio para aclarar a informação prestada, perguntando se neste valor de EUR: 2.100.000.00 (dois milhões e cem mil euros), também, estão comtempladas obras para estradas, ao que o **Senhor Presidente da Câmara** respondeu negativamente. ----------

O Senhor Presidente da Câmara na continuação da sua explanação deste assunto disse que a Câmara Municipal entendeu que os fundos comunitários, apesar de insuficientes, seriam afetados aos restantes objetivos da Regeneração Urbana e esta contratação de empréstimo no valor de EUR: 2.100.000.00 (dois milhões e cem mil euros) é, exclusivamente, para a requalificação do Cineteatro da Lousã. Acrescentou ainda que as intervenções que vão ser executadas nos vários arruamentos,

nomeadamente, Rua Dr. Pires de Carvalho, Rua do Comércio, Rua General Humberto Delgado, Rua Combatentes da Grande Guerra, Rua Henrique Figueiredo, na Praça Cândido dos Reis, na Praça Luís de Camões, na Avenida S. Silvestre e na Rua Prof. Batista de Almeida, na intervenção global, o valor é superior ao financiamento comunitário pelo que a Câmara Municipal terá que disponibilizar verbas do seu orçamento. ----------

---

Colocada à votação a proposta de autorização para a contratação do empréstimo de médio e longo prazo à Caixa Geral de Depósitos S.A., até ao valor de EUR: 2.100.000.00 (dois milhões e cem mil euros) para a requalificação do Cineteatro, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.----------

---

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

7 - Apreciação e votação do lançamento de uma Derrama, referente ao exercício económico 2019 e a cobrar em 2020, sob proposta do Executivo, doc. nº 10 (dez)). ----------

---

Inscrições: Aires Ventura, Ana Paula Sançana, Raquel Simões e João Pereira. --

---

Aires Ventura usou da palavra para pedir esclarecimentos sobre a alínea c) da proposta apresentada que diz: " *Que as novas empresas que se instalem no concelho tenham uma isenção de derrama até ao máximo de três anos, avaliado anualmente, desde que criem e mantenham durante este período um número mínimo de cinco trabalhadores.*" Perguntou quantas empresas no concelho estão a beneficiar desta derrama.----------

Ana Paula Sançana usou da palavra dizendo que o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente esta proposta porque vem de acordo com questões que consideram ser um incentivo ao empreendedorismo, economia e empresas. ----------

Raquel Simões interveio dizendo que constata que a proposta apresentada pelo Executivo, não tem alterações à Derrama relativamente a anos anteriores e continua a ficar claro o incentivo às empresas, nomeadamente, nas duas

medidas elencadas na referida proposta através da isenção para pequenas empresas cujo negócio não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros e para novas empresas instaladas, o que demonstra um apoio e programa de incentivo ao emprego no concelho.----------

João Pereira prescindiu da palavra.----------

O Senhor Presidente da Câmara informou que não tem dados para responder à questão levantada por **Aires Ventura** porque só a Autoridade Tributária dispõe dessa informação.----------

---

Colocada à votação a proposta do lançamento de uma Derrama, referente ao exercício económico 2019 e a cobrar em 2020, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 25 (vinte e cinco) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, quando, estavam presentes na sala 25 (vinte e cinco) elementos.----

---

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

8 - Apreciação e votação das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2020, sob proposta do Executivo, doc nº 11 – (onze)). ----------

---

Inscrições: Conceição Loureiro, Aires Ventura, Sérgio Pedroso e Raquel Simões.

Conceição Loureiro interveio para dizer que a CDU entende que o IMI deveria descer, tal como acontece em Miranda do Corvo, Coimbra e outros concelhos aqui à volta. Disse que a justificação é a mesma uma vez que a Câmara Municipal se encontra em situação financeira favorável, e para além disso, a lei de base das Finanças Locais prevê que os municípios, este ano, tendem a arrecadar mais receitas. Referiu ainda que os proprietários dos prédios rústicos com áreas florestais também têm feito um grande esforço para combater a vegetação e dadas as alterações climáticas as limpezas têm sido feitas até por duas vezes ao ano, significando isto que os munícipes têm gasto algum dinheiro. Acrescentou ainda que a CDU entende que não é pela via do imposto sobre os imóveis que as famílias com vários dependentes são ajudadas, antes porém pela via fiscal, razão pela qual votará contra esta proposta. ----------

Aires Ventura interveio dizendo que o valor do IMI dos prédios urbanos deveria ter o máximo de 0,3%, comparativamente ao aplicado pelos concelhos à volta da Lousã, como os Concelhos de Coimbra, Condeixa, Góis e Miranda do Corvo, que mantêm esse valor de IMI, por isso a Lousã também o deveria ter.--

Sérgio Pedroso usou da palavra para dizer que o Grupo Municipal do PSD entende que a autarquia deveria fazer um esforço para aliviar a taxa de IMI aplicada pelo Município à sua população. Disse que sabem que são estas receitas que equilibram as contas, mas também sabem que, por vezes, existem algumas despesas que as fazem desequilibrar. Fez ainda um reparo aos acessos e acessibilidades com que os munícipes se deparam para ir e vir para a Lousã, recordando por isso que a população paga e por isso gostaria de ser melhor tratada. Considerando que uma vez que o turismo está cada vez maior e mais atrativo, o Grupo Municipal do PSD propõe o lançamento de uma taxa turística no concelho a ser cobrada a quem visita a Lousã e dessa forma contribuir não só para os privados, mas para todos enquanto Lousanenses, ou seja, aliviar o IMI a pagar pelos Lousanenses, dado que os turistas, também, usam, gastam e poluem a nossa terra, mas para isso é necessário quantificar as visitas turísticas, perguntou por isso se a autarquia possui esses números. ----------

Raquel Simões deu nota que foi referido no ponto anterior pelo Grupo Municipal do PSD que consideravam a questão da Derrama favorável como apoio às empresas e por isso, parece-lhe contraditório que depois se proponha uma taxa turística que iria prejudicar as empresas hoteleiras e todas as que trabalham na área do turismo. Referindo-se à proposta em apreciação destacou o benefício que é dado tendo em conta o número de dependentes do agregado familiar como apoio direto às famílias Lousanenses mais numerosas. Deu ainda nota da introdução de uma novidade nos termos do Estatuto dos Benefícios Fiscais que é uma redução da taxa em 25% no caso de prédios urbanos com eficiência energética, demonstrando a preocupação do Executivo no ambiente e mostrando que não tem apenas o objetivo de receita, podendo ser utilizada para outros objetivos, nomeadamente, promover comportamentos em termos ambientais. Referiu ainda o agravamento para os prédios degradados e em ruínas que parece pertinente ao Grupo Municipal do PS, uma vez que o Município está a fazer um grande

investimento na área da reabilitação urbana e com todas as medidas que existem de incentivos a esta reabilitação entende que fará todo o sentido a introdução deste agravamento. ----------

O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que é normal a discordância nestes pontos. Enquanto contribuinte, também, seria simpático para si próprio que a taxa fosse inferior. Recordou que em momento algum foi compromisso baixar a taxa de IMI e, contrariamente ao que foi afirmado em assembleias anteriores que a Câmara Municipal teria um aumento exponencial de receita relativa ao IMI, isso não se veio a confirmar, bem como quando foi feita a reavaliação dos prédios. Disse que esta informação pode ser evidenciada nos documentos das prestações de contas da Câmara Municipal. Desde o ano de dois mil e quinze ao ano de dois mil e dezoito, houve uma diminuição de receita de IMI no valor aproximado de oitenta mil euros. Realçou a importância desta receita para concretização de objetivos relevantes de investimentos que têm a ver com infraestruturação e requalificação urbana. Sublinhou que só em regeneração urbana estão em causa seis milhões de euros. Reiterou que as pessoas pagam e querem ser bem servidas, e por esse motivo é que preferem a Lousã, em detrimento de outros concelhos onde a taxa de IMI é menor e a prova disto é o mercado imobiliário. Relativamente à sugestão de aplicação da taxa turística, não lhe pareceu exequível, dando como exemplo a dimensão das cidades onde esta se aplica, como é, ainda recente, o caso concreto de Lisboa, e perguntou a **Sérgio Pedroso** se conhece algum município com a dimensão da Lousã que aplique esta taxa. Sobre o número de turistas que visitam o concelho, disse não ter possibilidade de responder concretamente à questão uma vez que muitos turistas passam pelo concelho sem pernoitar. Quanto ao número de dormidas, onde se aplica a aludida taxa, à qual **Sérgio Pedroso** se estaria a referir, informou que os números constam no INE – Instituto Nacional de Estatística. Acredita que, num futuro, se venha a aplicar, contudo, no atual contexto não lhe parece viável. Relativamente a este imposto e no âmbito da Regeneração Urbana, recordou que a assembleia já aprovou isenções e reduções de IMI. O que significa que os proprietários que têm os seus imóveis na área de regeneração urbana e façam a respetiva reabilitação terão as reduções ou isenções de IMI e por essa via a Câmara Municipal terá redução

de receitas. Realçou ainda os prédios com eficiência energética. Concluiu dizendo que o agravamento não tem caráter penalizador, antes porém, funciona como medida de incentivo. ----------

---

Colocada à votação a proposta das taxas de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar em 2020, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 18 (dezoito) votos a favor do PS, e 7 (sete) votos contra do PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 25 (vinte e cinco) elementos.-----

---

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

9 - Apreciação e votação da taxa de participação no IRS, sob proposta do Executivo, doc. nº 12 – (doze).----------

---

Inscrições: Aires Ventura e Raquel Simões.----------

Aires Ventura afirmou que a proposta do IRS é em tudo semelhante ao ponto anterior e já é tempo da Câmara Municipal da Lousã baixar a taxa de participação variável do município neste imposto, porque, citando: "*ou é o máximo ou pouco menos que o máximo.*" Afirmou ainda que, conforme a informação da atividade financeira deu a conhecer que a autarquia está numa situação financeira estável, é mais uma razão para estar em condições de baixar esta taxa, a fim de os munícipes usufruírem de algum benefício. ------

Raquel Simões interveio para dizer que à semelhança dos pontos anteriores realça a manutenção da taxa de participação do IRS, muito embora saiba que o ideal nunca existe. É o necessário para manter o equilíbrio das contas do município e para continuar a proporcionar as obras e os projetos de agora e do futuro. ----------

O Senhor Presidente da Câmara recordou que o Município da Lousã, quer no IMI, quer na taxa de participação variável do IRS, foi o primeiro a ter uma discriminação positiva relativamente a algumas situações, como por exemplo, os agregados familiares. No ano de dois mil e quinze com efeitos no ano de dois mil e dezasseis reduziu de cinco para quatro por cento a participação variável do município no IRS e por isso, tem abdicado em cada um destes anos e do ano de dois mil e dezasseis para cá, um montante superior a cem

mil euros em favor das famílias Lousanenses. Frisou que também para o executivo, enquanto cidadãos, seria simpático não ter taxa ou poder tê-la mais reduzida, mas no balanceamento de despesas e receitas, e no conjunto alargado de investimentos a realizar para além daqueles que já foram hoje mencionados, como sejam: área social, educação e outros, e que corresponde em cerca de trinta por cento do orçamento nas funções sociais, onde a Câmara Municipal investe mais de um milhão de euros por ano, entende que é justificada esta proposta. ----------

---

Colocada à votação a proposta da taxa de participação no IRS, sob proposta do Executivo foi aprovada por maioria com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD e CDU e 1 (uma) abstenção do BE, quando, estavam presentes na sala 25 (vinte e cinco) elementos.----------

---

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

10 - Apreciação e votação da Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2020, sob proposta do Executivo, (doc. nº 13 (treze). ----------

---

Inscrições: Ana Paula Sançana e Luís Martins.----------

Ana Paula Sançana interveio para questionar o **Senhor Presidente da Câmara** como é que estão a ser enquadradas as taxas de água e saneamento. ---------

Luís Martins interveio começando por dizer que arrisca ser repetitivo em relação ao conteúdo das duas assembleias em anos anteriores, volta a dizer que a autarquia há anos que não aumenta o preço das tabelas das taxas municipais. O incremento e aumento dos custos atinentes a estes serviços é suportado pela autarquia, por isso, é uma forma ainda que indireta de beneficiar os munícipes. ----------

O Senhor Presidente da Câmara informou que os preços da água estão enquadrados no tarifário que foi aprovado nesta Assembleia Municipal em dezembro do ano passado, quando foi autorizada a participação do Município da Lousã na empresa intermunicipal de ambiente – APIN e onde, ao mesmo tempo, aprovou o tarifário que irá ser aplicado nos onze municípios. A partir de janeiro, entra em atividade a empresa intermunicipal de ambiente

que engloba águas e resíduos e os preços que vão ser praticados terão um agravamento que de momento não sabe quantificar, relativamente à tabela de preços atual, mas, a tabela de preços que a APIN irá aplicar, será igual para todos os municípios que dela fazem parte. Informou que não faz parte desta tabela de taxas, que como foi dito por **Luís Martins**, mantem-se há alguns anos inalterada e as alterações que tem, este ano, são taxas de ocupação que, na maioria das vezes são solicitadas por entidades e pessoas locais que têm possibilidade de serem isentas do pagamento das mesmas.-----

---

Colocada à votação a proposta da Tabela de Taxas Municipais para o ano de 2020, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 25 (vinte e cinco) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, quando, estavam presentes na sala 25 (vinte e cinco) elementos.----------

---

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

11 - Informação do Revisor Oficial de Contas (ROC) - Relatório sobre a situação económico-financeiro do ML - 1º Semestre 2019, doc. nº 14 – (catorze)).----------

O Senhor Presidente da Mesa dá nota que se trata de uma Informação à assembleia do Revisor Oficial de Contas (ROC) - Relatório sobre a situação económico-financeiro do ML - 1º Semestre 2019 e questionou se alguém pretendia algum esclarecimento por parte do Executivo sobre esta informação. ----------

---

Inscrições: Sérgio Pedroso.----------

Sérgio Pedroso afirmou que pediu a palavra para congratular o Município da Lousã quanto à situação económico-financeira, pois segundo o relatório elaborado, o município consegue o controlo na dívida de médio e longo prazo, bem como a diminuição em quase treze por cento a dívida a terceiros. Apresentou, no entanto, uma dúvida que tem a ver com esta diminuição da dívida a terceiros, perguntando se tem a ver com o pagamento da dívida a estes ou se houve um desinvestimento por parte do município, que a ser isto, não é de todo o ideal. ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o pagamento de a dívida a terceiros tem a ver com a conjugação das duas questões. Atraso em algumas intervenções e outras com desfasamento em termos de prazos de pagamento, nomeadamente, à alteração que existiu da receita do IMI que até aqui entrava duas vezes ao ano e agora passou a entrar em três partes ao ano, o que leva a adaptações em termos de tesouraria. Sublinhou que, ainda assim, mantém-se tudo dentro dos parâmetros legais e que não existe desinvestimento.----------

---

PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

12 - Apreciação e votação da proposta de acordo da delegação de competências para as freguesias de Gândaras, Foz de Arouce e Casal de Ermio e Serpins, sob proposta do Executivo, doc. nº 15 – (quinze)). ----------

---

Inscrições: Conceição Loureiro, Henrique Lourenço e João Pereira.----------

---

Conceição Loureiro interveio para fazer o reparo que a proposta de delegação de competência para as freguesias não integra a Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, desconhecendo o motivo. Acrescentou ainda que no entendimento da CDU, a delegação de competências para as freguesias deverá ser feita com o devido acompanhamento dos reforços económicos, porque é assim que se trabalha. ----------

Henrique Lourenço usou da palavra começando por dizer que estes processos, previstos na lei, são de grande complexidade na sua aplicação. Informou que na sequência da análise e discussão em várias reuniões com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e Presidente da Câmara Municipal, ficou definido, no imediato, não aceitar as competências previstas, à exceção daquelas que já vêm sendo exercidas por cada Junta de Freguesia e que resultam da superação das diferentes entidades, acordos de execução e contratos interadministrativos que garantem as condições mínimas para as desenvolver. Referiu-se ainda à exiguidade do tempo para dar conhecimento à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e aos recursos adequados para a cabal competência, nomeadamente, recursos humanos e financeiros. -------

João Pereira começou por dizer que já há muito anos todos desejavam pela transferência de competências, não concordando com a redação "delegação de competências", porque não se trata de uma delegação, mas sim de transferência de competências. Afirmou que é de louvar a ideia do governo ter legislado para que essas transferências fossem transformadas em realidade. Disse ainda, citando: - "*só que o nosso governo esqueceu-se de com a transferência de competências de indicar quanto é que nos iam dar por essas transferências e sem ovos, como diz o povo, não há omeletes. E, como diz o meu colega Henrique, decidimos através de reuniões que tivemos com o Senhor Presidente da Câmara que aceitaríamos determinadas delegações de competências, não estando contra nenhuma das transferências de competências, mas estas, são aquelas que já efetivamente exercíamos há vários anos e convém aqui frisar, há vários anos sem qualquer contrapartida, á exceção de há três anos a esta parte na Presidência do Senhor Presidente, Luís Antunes, a Câmara conseguiu transferir algumas verbas para ajudar a colmatar essas despesas que as Juntas já tinham. No ano dois mil e dezanove já recusamos totalmente as competências, portanto, o que estamos a tratar agora é tão só para dois mil e vinte que é o que devemos comunicar à DGAL.*" Disse ainda que esta transferência de competência carece de uma análise que não é possível, neste momento, quantificar, de qualquer modo como têm experiência pelos valores transferidos depois dos acordos efetuados que os valores sejam alterados e por essa razão aceitaram parte da "*delegação das competências*" que são as já exercidas.----------

O Senhor Presidente da Câmara disse que os Senhores Presidentes de Junta já usaram da palavra e fizeram o enquadramento da matéria, na generalidade e cada caso é um caso. A lei tem alguma complexidade, nomeadamente, na forma de encontrar os meios financeiros adequados a transferir para as Juntas de Freguesia para que estas possam exercer determinadas competências. Nos prazos que foram estabelecidos, a Câmara Municipal também não teve as condições para poder apresentar o assunto com o pormenor e realismo necessários para uma transferência de competências mais ampla e trabalhou com os documentos que são os acordos interadministrativos e acordos de execução. Afirmou que a Câmara Municipal vai procurar, sem nenhum compromisso assumido, fazer uma evolução positiva para o melhor exercício

das funções. A Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, devido a algumas especificidades próprias, decidiu em função do tempo exíguo e da alteração da composição do executivo não aceitar nenhuma transferência de competências. Concluiu dizendo que as reuniões foram mantidas com todas as Juntas, mas as realidades são diferentes. ----------

---

Colocada à votação a proposta de acordo da delegação de competências para as freguesias de Gândaras, Foz de Arouce e Casal de Ermio e Serpins, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 23 (vinte e três) votos a favor do PS, PSD e BE e uma abstenção da CDU, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.----------

---

PONTO TREZE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

13 - Apreciação e votação da proposta de acordo de não-aceitação no ano 2019 e 2020 das transferências em matéria de áreas protegidas, nos termos previstos do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, não obstante o facto de o concelho não possuir áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural, Monumento Natural), sob proposta do Executivo, doc. nº 16 (dezasseis)).---------

---

Inscrições: João Pedro Melo. ----------

João Pedro Melo usou da palavra para dizer que a lei estabelece que a partir do ano de dois mil e vinte e um todas estas competências se consideram efetivas para as autarquias locais e para as entidades supramunicipais. Essa lei também prevê que essa transferência seja de forma gradual facultando a possibilidade dos municípios aceitarem ou não aceitarem. No ponto de vista do Grupo Municipal do PS está em causa a complexidade desse processo, nas implicações financeiras, humanas e organizacionais pelo que na defesa dos interesses da autarquia e da população não se devem aceitar as novas competências. Defendem uma efetiva descentralização, não uma mera transferência de encargos para os municípios. Descentralização que vá reforçar o Poder Autárquico e não o contrário.----------

O Senhor Presidente da Câmara dispensou usar da palavra.----------

---

Colocada à votação a proposta de acordo de não-aceitação no ano 2019 e 2020 das transferências em matéria de áreas protegidas, nos termos previstos do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, não obstante o facto de o concelho não possuir áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural, Monumento Natural), sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.----------

---

PONTO CATORZE DA ORDEM DE TRABALHOS: ----------

14 - Apreciação e votação da proposta de acordo de não-aceitação no ano 2020 das transferências em matéria de Educação, previstas no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo, doc. nº 17 – (dezassete)).

Inscrições: João Pedro Melo. ----------

João Pedro Melo reiterou as palavras da sua anterior intervenção, dizendo que em vez de reforçar o Poder Autárquico estas transferências, podem correr o risco de limitar esse mesmo poder uma vez que pode colocar em causa a universalidade das funções do Estado. ----------

O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que de acordo com o assumido em vários momentos, concordam com a descentralização, e por isso aceitaram vários diplomas, mas referindo sempre que fariam a análise de caso a caso, previamente, e com particular atenção às áreas da educação e à saúde. Por isso, e tendo em conta o contexto atual do Concelho da Lousã e ao contraditório devidamente fundamentado apresentado relativamente à primeira proposta que o Ministério apresentou, e que não foi aceite, atendendo a que está em causa uma área muito sensível em que deve estar salvaguardado o apoio às crianças e jovens e porque, a Escola Secundária, que é o equipamento que mais despesas de manutenção iria gerar e que está no estado de conservação já referido, entendem que neste contexto, defender o concelho nesta área, é propor a não-aceitação das competências na área da educação com efeitos para o ano letivo 2020/2021.

Colocada à votação a proposta de acordo de não-aceitação no ano 2020 das transferências em matéria de Educação, previstas no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos. ----------

---

PONTO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

15 - Apreciação e votação da proposta de acordo de não-aceitação no ano 2020 das transferências em matéria de Saúde, previstas no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo, (doc. nº 18 (dezoito)).----

---

Inscrições: Não houve.----------

O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que as questões da saúde, pelo levantamento efetuado e pela proposta feita pelo Ministério, entende que neste momento não estão ainda criadas as condições, assim como na educação. As negociações continuarão até poderem garantir melhor prestação de serviços nestas áreas aos cidadãos. ----------

---

Colocada à votação a proposta de acordo de não-aceitação no ano 2020 das transferências em matéria de Saúde, previstas no Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, sob proposta do Executivo, foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala 24 (vinte e quatro) elementos.----------

---

PONTO DEZASSEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:----------

16 - Apreciação e votação da autorização prévia genérica para assunção de compromisso plurianual, referente à proposta de celebração de um protocolo com a Associação Louzan Natação, sob proposta do Executivo, (doc. nº 19 (dezanove)). ----------

---

Inscrições: Conceição Loureiro e António José Gonçalves.----------

---

Conceição Loureiro perguntou por que motivo se coloca à disposição dos privados um serviço público e se os preços, nomeadamente, na época de férias estão salvaguardados, relativamente à utilização da piscina por parte da população.----------

António José Gonçalves interveio dizendo que os documentos apresentam algumas contradições para as quais solicitava esclarecimentos, nomeadamente: sobre o compromisso plurianual, o facto do documento oficial do protocolo lhe parece ser uma renovação e não se apresentar devidamente preenchido e por último a entrada em vigor do mesmo antes de ser aprovado pela Assembleia Municipal. ----------

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu dizendo que o protocolo é plurianual porque, embora seja de um ano, abrange períodos de anos diferentes e é por este motivo que é presente à Assembleia Municipal, porque tem impacto em dois exercícios económicos. Informou ainda que se trata de um novo protocolo, tendo cessado o anterior. Quanto à elaboração do documento que é, efetivamente, uma minuta, informou que os documentos são redigidos pelos serviços jurídicos da autarquia e, por uma questão de proteção de dados, não são mencionados mais elementos para além dos que constam nela, e que são: nome da associação, o valor do protocolo, o objeto do mesmo e modo de pagamento, e são estes dados que podem ser transmitidos. Não invalidava, no entanto, que não fosse remetido em forma de protocolo formal e pelo facto apresentou desculpas. Informou ainda que este protocolo garante vários projetos e o funcionamento de várias instalações desportivas, nomeadamente as piscinas. ----------

---

Colocada à votação a proposta da autorização prévia genérica para assunção de compromisso plurianual, referente à proposta de celebração de um protocolo com a Associação Louzan Natação, sob proposta do Executivo, foi aprovada por maioria com 22 (vinte e dois) votos a favor do PS, PSD e BE, e uma abstenção da CDU, quando estavam presentes na sala 23 (vinte e três) elementos.----------

---

O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam

produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos. ----------

---

O Senhor Presidente da Mesa informou ainda a assembleia da cerimónia de evocação do 5 de outubro, a ter lugar no Edifício dos Paços do Concelho. -----

---

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e vinte minutos. ----------

---

O Presidente da Mesa,

Carlos Alberto Seco Lopes

O 1º Secretário,

A 2ª Secretária,